



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

AS DIMENSÕES TEÓRICAS DO FEMINISMO NEGRO: ATIVISMO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Simone Joaquim Cavalcante¹
Universidade Federal da Paraíba
simonecavalcantejp@hotmail.com

Maria Eulina Pessoa de Carvalho²
Universidade Federal da Paraíba
mepcarv@terra.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar, dialogar e refletir sobre as dimensões teóricas do feminismo negro, protagonizado pelas intelectuais-ativistas negras que vêm reformulando estruturas teóricas, pautando o debate, promovendo o diálogo e levando adiante a crítica contra-hegemônica, nos Estados Unidos, na América Latina e Caribe, e no Brasil. Em suas diferentes narrativas, o feminismo negro busca a produção de um conhecimento descolonizado e a ampliação do campo de visão interseccional entre gênero, raça e classe, categorias de análise pertinentes aos estudos das mulheres em suas múltiplas identidades sociais e culturais, que não podem ser pensadas de forma indissociável, principalmente em contextos e realidades em que o racismo estrutural ainda se faz presente nas plataformas políticas institucionais. Neste sentido, promover o diálogo em torno das opressões interseccionais tem-se caracterizado como uma das mais importantes contribuições ideológicas do pensamento feminista negro contemporâneo, em sua dimensão teórica, mas, também, política nesse entrecruzamento entre feminismos, ativismos e produção do conhecimento, aspectos fundamentais para a análise da realidade social, na perspectiva da (des)igualdade de gênero e étnico-racial. Palavras-chave: Feminismo Negro, Ativismo, Produção do Conhecimento.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB).

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Introdução

Em suas diferentes narrativas, o feminismo negro busca a produção de um conhecimento descolonizado e a ampliação do campo de visão interseccional entre gênero, raça e classe, categorias de análise pertinentes aos estudos das mulheres em suas múltiplas identidades sociais e culturais, que não podem ser pensadas de forma indissociável, principalmente em contextos e realidades em que o racismo estrutural ainda se faz presente nas plataformas políticas institucionais.

A partir da década de 1970 do século passado, as feministas negras indicavam a urgência em ampliar as análises sobre aspectos da realidade, a partir do insurgente pensamento feminista negro para reformular as teorias feministas que ainda não tinha sido capazes de pensar as opressões interseccionais como categorias fundamentais na análise da realidade social na perspectiva feminista.

Este trabalho tem como objetivo apresentar, dialogar e refletir sobre as dimensões teóricas do feminismo negro, protagonizado pelas intelectuais-ativistas negras que vêm reformulando estruturas teóricas, pautando o debate, promovendo o diálogo e levando adiante a crítica contra-hegemônica, nos Estados Unidos, na América Latina e Caribe, e no Brasil.

A metodologia aplicada pautou-se no diálogo teórico, com as autoras afro-americanas Patrícia Hill Collins e Bell Hooks; afro-caribenhas Ochy Curiel e Yuderkys Espinosa; e afro-brasileiras Sueli Carneiro e Edna Roland, referências do feminismo negro, nacional e internacional.

Tensionando o debate teórico e ampliando o campo de visão

A socióloga, professora ativista e feminista negra Patrícia Hill Collins (2012), discute as bases conceituais do feminismo negro, que vem dialogando com as novas gerações. Ela provoca algumas questões centrais, indagando: qual a razão do feminismo negro existir? Por que um pensamento feminista negro? Suas questões baseiam-se na ideia de pensá-lo em uma perspectiva interseccional entre raça, classe e gênero, dimensões imprescindíveis na análise crítica e teórica em torno das experiências das mulheres negras, pois foram as mais afetadas historicamente pelo racismo e pelo sexismo.

Tendo em vista a perspectiva feminista negra, Hill Collins traz uma abordagem situada, ressaltando que o pensamento feminista negro estadunidense abarca significados diversos e frequentes contradições, em decorrência das históricas e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

constantes mudanças políticas naquele país. Por isso,

[...] Enquanto a subordinação das mulheres negras persistir dentro das opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, o feminismo negro continuará a ser necessário como uma resposta ativista a essa opressão. (COLLINS, 2012, p. 101).

Sua reflexão baseia-se na ideia de ‘matriz única de dominação’ vinculada às opressões interseccionais, caracterizando-se como uma das mais importantes contribuições ideológicas do pensamento feminista negro contemporâneo (COLLINS, 2012; 2016). Embora sua análise contextualizada em um *locus* de atuação política, acadêmico e cultural conectem-se de alguma forma com as experiências de outras mulheres negras no mundo. Indicando a importância de pensar as relações do(s) feminismo(s) negro em uma perspectiva plural, que não se limita a um campo de visão teórico e não se encerra em uma única realidade, tampouco a ideia de mulher universal.

Parece vital apresentar e explorar as experiências situadas das mulheres negras em diferentes realidades seja no âmbito da produção do conhecimento científico-acadêmico, na ação política e/ou na prática ativista diária.

Em sintonia com Hill Collins (2012), é importante destacar que as feministas negras

apresentam e discutem um projeto de justiça social, que contempla toda a sociedade.

Por outro lado, como sugere a socióloga, a prática feminista negra e o pensamento feminista negro não devem ser dependentes somente daquelas que são mulheres e negras biologicamente (COLLINS, 2012). Nesse aspecto, consideramos sua intervenção apropriada e desejável, pois não limita a reflexão-ação no campo da produção do conhecimento, tampouco se isola a determinados grupos e/ou pessoas que sofrem opressões interseccionais; mesmo reafirmando a importância do protagonismo das mulheres negras. Ademais não atribui o ônus da responsabilidade apenas às mulheres negras. Sua assertiva adverte que a luta antirracista é tarefa de toda a sociedade, deve ser levada adiante por todas as pessoas, sejam negras ou não, rompendo com as fronteiras do determinismo acadêmico, político e/ou ideológico em um *locus* de atuação.

No que diz respeito ao ‘ponto de vista coletivo’, das mulheres negras, a referida autora menciona a importância vital de referendar suas experiências, procurando unir o fazer e o pensar para caracterizar as experiências individuais e coletivas protagonizadas por elas.

Como indica Hill Collins (2016, p. 100), após uma revisão da literatura feminista negra, do século passado, revelou-se que,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

[...] muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploraram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero.

Essa revisão serviu para pensar sua própria marginalidade no conjunto da sociedade. Por outro lado, constata-se a elaboração de estratégias para romper com essa marginalidade tanto no contexto acadêmico, na prática profissional e na produção de conhecimento efetivo, quanto em outros espaços de atuação política e social. Prefigura-se uma ideia de potencial criativo mediante a sua marginalidade para promover o debate teórico do pensamento feminista negro com outros paradigmas interpretativos, epistemologias ortodoxas e/ou de caráter hegemônico.

Collins sugere, de um ponto de vista coletivo, a tarefa e a função social das mulheres negras intelectuais na produção de conhecimento.

Logo, um papel para as mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras. (COLLINS, 2016, p. 102).

Dessa forma, ela também responde a razão pela qual vem constituindo-se há décadas um pensamento feminista negro. Assinalando o empenho e o compromisso de pesquisadoras feministas negras (e não

negras) em “documentar as conquistas das mulheres negras como escritoras, dançarinas, músicas, artistas e atrizes” (ibidem), utilizando-se de estratégias para tentar superar a marginalidade em contextos acadêmicos, – o *status* de *outsider within* – das mulheres negras – estranhos ao próprio lugar.

Já a filósofa, escritora e feminista negra americana Bell Hooks, (2015, p. 208), anuncia que,

É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia.

A esse respeito, na busca por ampliar o campo de visão sobre as condições históricas e sociais das mulheres negras, Bell Hooks (2015) propõe reformular a teoria feminista hegemônica, que desconsiderava a inserção das categorias de raça e classe como chave principal de leitura da realidade para se pensar as estruturas de opressão, das/nas sociedades diaspóricas. Ela indica que essa linha de pensamento suprimia a ideia de que “as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais” (ibidem), criticando o discurso feminista hegemônico (clássico), que influenciou o pensamento feminista contemporâneo ocidental, largamente reproduzido.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Para isso, Bell Hooks (2015) usa outra lente para examinar a teoria feminista, que não dava conta de enxergar os reais problemas que incidiam (incidem) sob as mulheres negras, na sociedade norte-americana, especialmente. Parece-nos sem dúvida uma lente que também nos permite mirar outras realidades, em que raça e classe representam demarcadores de profunda segregação racial e desigualdade social.

Há muitas evidências que justificam o fato de que a identidade de raça e classe gera diferenças no *status* social, no estilo e qualidade de vida, que prevalecem sobre a experiência que as mulheres compartilham – diferenças essas raramente transcendidas. (HOOKS, 2015, p. 195).

Nesse sentido, sugere que mulheres negras e brancas possuem experiências distintas, não universais, principalmente porque as mulheres negras são socialmente identificadas por seus corpos racializados.

Em experiências similares como, por exemplo, na sociedade brasileira, Edith Piza (2009) fornece uma importante reflexão sobre o “sentido de ser branco [e negro/a] no Brasil” e as nuances dessa complexidade, onde é possível perceber que pessoas negras carregam consigo excessiva carga de racialidade, tornando-se mais “racializadas” e, o “aditivo” da cor, o seu estigma, segregando-as ainda mais. Essa ideia de racialidade demasiada atribuída a mulheres negras e/ou homens negros sugerem uma característica

natural e, não um constructo cultural. Com isso, homens brancos e/ou mulheres brancas são considerados(as) sujeitos desracializados.

A autora adverte que “um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo” (ibidem), tomando o primeiro como “inferior” (desumano), uma ideia de humanidade degradada; e o segundo como “superior”, concepção de humanidade supervalorizada, este último representando a universalização dos sujeitos, mas não os “racializados”, como os homens negros e as mulheres negras, deliberadamente. Aos homens brancos e as mulheres brancas são conferidos à idealização modelar universal de humanidade imaginada. Embora a crítica formulada pelo pensamento feminista negro sugira que em termos de estruturas opressivas a mulher branca em si não representa um referencial de humanidade imaginada (COLLINS, 2016). Esse *status*, todavia, estaria reservado apenas aos homens brancos, heterossexuais, ocidentais como modelo paradigmático do humano universal altamente civilizado.

No cenário brasileiro, homens negros e mulheres negras são socialmente caracterizados(as) de acordo com a cromatização da cor da pele, demarcando ainda mais as fronteiras raciais, muitas vezes consideradas como quase intransponíveis. Uma realidade que se aplica a maioria da



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher, e Relações de Gênero

população negra. Ainda assim, não é demasiado dizer que as mulheres negras brasileiras são atingidas frontalmente por essa aguda segregação racial e social, agravando sua condição histórica no país. Parece-nos vital essa discussão, pois, não podemos permanecer inaudíveis diante da alta sonoridade emitida pelas feministas negras sobre a espessa membrana racial à brasileira, que atravessa nossos tímpanos com fortes ondas sonoras de denúncias das desigualdades sociais, incidida gravemente sob as mulheres negras.

Na reflexão potencializada pela crítica feminista negra estadunidense, Bell Hooks com grande lucidez e em tom de denuncia sugere a reformulação da teoria feminista hegemônica, que por muito tempo se furtou de inserir em sua pauta ‘política feminista’ a questão da raça como a diferença mais evidente do movimento feminista, pelo menos até o fim dos anos de 1970 e início de 1980, sugerindo que o movimento feminista não era antirracista (HOOKS, 2017).

As práticas excludentes das mulheres que dominam o discurso feminista praticamente impossibilitaram o surgimento de novas e variadas teorias. O feminismo tem sua ‘linha justa’, e as mulheres que sentem necessidade de uma estratégia diferente, um alicerce diferente, muitas vezes se veem marginalizadas e silenciadas. (HOOKS, 2015, p. 201).

Tendo em vista esses aspectos e a necessidade de reformular a teoria feminista

hegemônica, Bell Hooks assertivamente propõe romper essa ‘linha justa’ para avançar em termos críticos, construindo outra linha de pensamento, contra-hegemônico, sem curvar-se diante do discurso dominante, que tenta obliterar as questões de raça relacionadas com as de gênero e classe, empurrando para as margens as mulheres negras.

As feministas negras ampliaram o campo de visão, explicitando que somente era (é/será) possível enfrentar o patriarcado estruturado em nosso pensamento, práticas e discursos quando as opressões interseccionais, forem devidamente questionadas, considerando sua complexidade e jogos de poder, sem que para isso tenham que ser hierarquizadas (HOOKS, 2017; COLLINS, 2012).

Dada as tensões no interior da política feminista, as feministas negras reivindicaram sua própria autonomia nas plataformas de discursos e produções teóricas. A crítica feminista negra vem buscando comunicar o pensamento feminista negro utilizando outras lentes conceituais e teóricas, elucidar cada vez mais as experiências das mulheres negras como produtoras de saberes e fazeres diversos. Produzir conhecimentos, interpretar aspectos da realidade, a partir de outro ‘sistema de conhecer’, pautadas pelas suas próprias experiências e/ou de outras mulheres negras, que historicamente ficaram à margem



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

dos sistemas de produção de conhecimento válido.

[...] as mulheres negras intelectuais encontram frequentemente duas epistemologias distintas: uma representando os interesses masculinos brancos de elite e a outra expressando preocupações feministas negras. (COLLINS, 2000, p. 252).

Hoje em dia não é mais apropriado nem desejável um enfoque e/ou pensar uma teoria feminista universal, unilateral e centralizada, como já vem sendo criticado e questionado pelas feministas negras.

Nessa perspectiva também apontamos o debate promovido e sonorizado pelo feminismo descolonial – linha de pensamento, que tem tensionado cada vez mais à crítica em torno das epistemologias modernas (feministas ou não) –, assim como ampliado a reflexão sobre as formas de produção do conhecimento, inclusive uma epistemologia feminista, descentralizada do eixo euro/norte-americano. Abordagem que articula a prática política com a teoria, propondo uma práxis feminista antirracista e antissexista, descolonizadora do pensamento, da produção científica e da atuação política.

O feminismo descolonial apresenta-se, principalmente no cenário da América Latina e Caribe como um dos debates mais atuais, e também, como uma ‘aposta epistêmica’ (ESPINOSA, 2014).

O feminismo descolonial surge como uma contra-voz no tempo (histórico) e no espaço (localizado), megafonizando muitas vozes silenciadas, desse lado do hemisfério (sul).

Nesse contexto, tomamos como ponto de partida as reflexões sugeridas pela pesquisadora e feminista negra da abordagem descolonial, Ochy Curiel da República Dominicana, referência e voz ativa desses feminismos negros, vertente teórica que vem utilizando outras lentes para olhar a(s) realidade(s) das mulheres negras, para além do eixo de visão das mulheres do outro hemisfério (norte), aquelas localizadas do lado de lá.

O pensamento de ‘descolonização do feminismo’ debatido e estimulado por Curiel tem gerado ampla e profunda reflexão sobre quais orientações teórico-metodológicas representam, por um lado o processo colonizador, por outro o descolonizador. Desse modo, ela se coloca nessa linha de frente na tentativa de abrir as fronteiras do pensamento para uma postura descolonizadora do conhecimento. A ideia de (des)colonização refere-se a um processo político-histórico-econômico-social-cultural. Esta é também uma lente teórica que permite enxergar diferentes formas de produção do conhecimento em contextos latinoamericanocaribenho.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Descolonizar o pensamento colonizador de matriz euro/norte-americano exige compreender os processos de dominação e subalternidade aos quais os países localizados nas regiões latinoamericana, caribenha (e africana) foram submetidos, sob a falsa “dádiva” da modernidade como benfeitora da civilização. Descolonizar o feminismo implica contestar o pensamento do feminismo hegemônico que preconiza a luta das mulheres como a luta de todas/para todas, sem qualquer distinção; sem, todavia considerar os processos históricos, culturais, políticos, econômicos e educacionais. As teóricas feministas do pensamento descolonizador não minimizam as críticas, aliás, ousam fazê-las sempre que necessária, imprescindível, inadiável.

Para Curiel, assim como outras pesquisadoras negras feministas e não negras tem frequentemente criticado a colonialidade do saber, apontando à emergência da sua descolonização, em que as mulheres com seus múltiplos saberes sejam (re)conhecidas, respeitadas e divulgadas –, uma perspectiva de relocalização geopolítica do pensamento e da ação na política feminista.

A teórica feminista antirracista descolonial, também da República Dominicana, Yuderkys Espinosa, recorda que desde o final da década de 1980 as questões de raça e classe, ganharam mais vigor nas

discussões em torno das condições socioeconômicas das mulheres negras, com grande eco e impacto na América Latina e Caribe, potencializando a crítica feminista contra-hegemônica e denunciando a ausência de um debate de fato inclusivo.

Desde algumas décadas, o feminismo latino-americano vem desenvolvendo um pensamento crítico e uma política que tenta levar em conta as desigualdades de raça e classe em que vive uma porcentagem significativa de mulheres na região. (ESPINOSA, 2009, p. 38).

Uma posição em que essa linha de pensamento contra-hegemônica em sua abordagem teórico-metodológica e postura política têm sido assumidas como uma das pautas mais proeminentes, desde aquela década até hoje, buscando uma política feminista antirracista e descolonial.

Por esse caminho Espinosa (2014) ressalta que é necessário se desprender dos ‘privilégios epistêmicos’, ostentado pela ‘colonialidade da razão feminista’ para avançar com as propostas do feminismo descolonial e suas contribuições epistemológicas.

O feminismo descolonial elabora uma genealogia do pensamento produzido a partir das margens pelas feministas, mulheres, lésbicas e pessoas racializadas em geral; e dialoga com o conhecimento gerado por intelectuais e ativistas comprometidos com o desmantelamento da matriz de múltiplas opressões assumindo um ponto de vista não eurocentrado. (ESPINOSA, 2014, p. 7).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas

O feminismo descolonial na América Latina e Caribe apresenta um ponto de vista coletivo daquelas localizadas do lado de cá. Um olhar e uma crítica que se propõe a repensar as diferentes produções de hierarquias históricas, inclusive em torno da ‘razão feminista eurocentrada’, que provocou ‘profunda violência epistêmica’ (ESPINOSA, 2017), pois o feminismo hegemônico produziu uma teoria que se pretendia universal impondo-se frente as outras mulheres (as subalternizadas) com um discurso empregado de verdade, como afirma a autora.

Nesses termos a crítica descolonial antirracista ao pensamento feminista clássico eurocentrado é de recusa a uma política feminista desconstruída das reais necessidades e produções de saberes e fazeres das mulheres negras, indígenas, camponesas, evidenciando que as “subalternizadas também estão pensando, raciocinando como agentes históricos” (ibidem). Portanto, não podem permanecer as margens dos sistemas de produção do conhecimento, exigindo novas narrativas.

Ativismo e resistência das feministas negras no Brasil

Em sintonia com Ribeiro (2017, p. 24), sobre o pensamento feminista negro contemporâneo, alude-se que,

A voz da ativista não traz somente uma dissonância em relação à história dominante do feminismo, mas também a urgência por existir e a importância de evidenciar que mulheres negras historicamente estavam produzindo insurgências contra o modelo dominante e promovendo disputas de narrativas.

A história do Brasil pode ser contada de várias formas, por diferentes sujeitos, usando distintas lentes conceituais e epistemológicas, para abordar o passado, pensar o presente e refletir sobre o futuro, não uma ideia de previsão de futuro, mas, de reflexionar sobre o por vir, a partir de diversos matizes. Entretanto, tudo isso, não pode ser concebido sem olhar, conhecer e interpretar a experiência histórica da população negra brasileira de modo geral. Tampouco, sem olhar em profundidade as experiências históricas das mulheres negras, de modo particular.

É preciso olhar em profundidade as experiências históricas das mulheres negras. Porque contar essa história sem afirmar sua existência de lutas e resistências, é incorrer em grave desfalque histórico. As mulheres negras são partes inseparáveis dessa narrativa, frequentemente disputada. Ao longo dos séculos tornaram-se a base econômica da estrutura social brasileira, apoiada em composições e contextos de opressão e supressão de direitos sociais. Foram as primeiras a questionar a ordem capitalista imperante, articulando as questões de gênero,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

raça e classe, que as posicionam hierarquicamente em lugares de condições social, econômica, política e educacional desigual.

Em transgressão a essa realidade de exclusão e marginalização, as mulheres negras foram as primeiras a propor políticas públicas antirracistas. Portanto, elas tornaram-se as vozes que destoam contra o discurso hegemônico, ecoando no silêncio profundo da sociedade, contra as formas mais recrudescidas de violências contra as mulheres negras e violações de direitos.

Desde a década de 1970, o movimento de mulheres negras brasileiras buscava autonomia política organizativa para pensar sistemicamente a perspectiva 'racial de gênero' (SANTOS, 2009). Nesse sentido, foram identificados dois fatores emergentes, que culminariam na emancipação política das mulheres negras e a formação do feminismo negro, no contexto nacional.

O primeiro seriam as aspirações políticas das mulheres negras, que desejavam emancipar-se tanto do movimento negro quanto do movimento de mulheres, devido às divergências de ordem de gênero no que se refere ao primeiro e racial de classe no caso do segundo. O outro fator, vinculado às questões do primeiro, diz respeito a uma necessidade crescente das feministas negras de criar sua própria agenda e demandas políticas. (SANTOS, 2009, p. 276-277).

Diante do exposto, podemos observar que, a composição de uma agenda e demandas

políticas expressas pelas feministas negras brasileiras era imprescindível para o coletivo de mulheres negras, pois já não era admissível abordar a questão da raça sem o gênero, tampouco o gênero sem a raça, sobretudo em contextos em que historicamente o racismo possui raízes profundas na formação social, com grande impacto em outras estruturas e setores da vida em sociedade.

Um fluxo que já não se podia mais conter em termos de decisão política e autonomia – elaboração de um pensamento feminista negro brasileiro – que, por exemplo, conhecendo a experiência similar das feministas negras latino/afro-americanas transgrediram e se reinventaram como coletivo de mulheres negras brasileira. Constituindo-se como um processo de desbravamento para abertura de outros caminhos, com antigas lutas e novos desafios, para pensar as opressões interseccionais entre gênero, raça/etnia, classe, sexualidade(s) e outras categorias que incidiam (incidem) na vida das mulheres negras em diversos aspectos da realidade. Um longo percurso de aproximações e distanciamentos, tanto do movimento negro, quanto do movimento feminista, necessários à atuação do feminismo negro como coletividade.

Portanto, no que se refere a agenda política na perspectiva feminista negra, a



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

socióloga, feminista e ativista Sueli Carneiro (2003, p. 118), realça que,

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil.

A participação social, política e autônoma das mulheres negras se configurou como uma pauta expoente, sinalizando a emergência de uma intervenção decisiva com um olhar crítico sob sua própria atuação no movimento negro e feminista, ampliando o campo de visão e tensionando positivamente o debate.

As feministas negras trouxeram para o centro da discussão a questão da desigualdade social no país, regulada pela perspectiva racial de gênero, célula nuclear dos debates, tanto no interior dos movimentos de mulheres, como em outros espaços de atuação política.

Foi a partir da década de 1980 que o movimento de mulheres negras brasileiras se apresentava com mais robustez, um novo sujeito político no cenário nacional, categoria política insurgente, trazendo à compreensão

das hierarquias interseccionais como estruturas fundantes das desigualdades sociais e raciais no país (ROLAND, 2000; CARNEIRO, 2003). Acionando um pensamento feminista negro que é teórico, político e ativista com forte presença e grande participação social e política na história de luta por direitos sociais no país.

Segundo a psicóloga, ativista e feminista negra Edna Roland (2000), foi a partir da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983 em São Paulo, após um pleito eleitoral vencido pelas forças democráticas e progressistas daquele estado, durante o letárgico processo de abertura política do Brasil, ainda sob a égide do regime civil-militar, que a nomeação de trinta mulheres, todas brancas, impulsionou uma mobilização das mulheres negras ativistas oriundas do movimento negro, nitidamente excluídas dos lugares de decisão política.

Esse fato demonstra que apesar da implantação de um Conselho formado por/com/para mulheres, todavia, não contemplavam a pluralidade étnico-racial do país, alijando as mulheres negras do processo de participação ativa. Contudo, isso não significa que a criação desses órgãos não tenham sido importantes, mas é preciso considerar o contexto de exclusão das mulheres negras no seu processo constitutivo.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Em contrapartida, mesmo diante desse cenário violento de interdição, as mulheres negras organizadas se mobilizaram, reivindicaram e conquistaram na luta, na arena do debate político, duas insuficientes vagas no referido Conselho, buscando estratégias de sobrevivência enquanto sujeito político.

No final década de 1970 e início da década de 1980, grupos de mulheres negras foram sendo criados em várias cidades no Brasil, cujo objetivo era trazer e discutir as especificidades das mulheres negras, reivindicando do Estado brasileiro políticas públicas que atendessem as reais necessidades da população negra de modo geral e das mulheres em particular, sobretudo, de manutenção da própria existência, devido às extremas condições de precarização e pauperização das mulheres negras em todo país (MARCONDES, 2013) “o matriarcado da miséria que caracteriza as condições de vida das mulheres negras no Brasil” (CARNEIRO, 2011, p. 127), resultado de um longo período de vigência do sistema de escravização, condicionando à população negra a rigorosa pobreza e, as mulheres de forma ainda mais recrudescidas, em decorrência da intersecção entre gênero e raça, pois é de grande notoriedade que,

[...] a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos

sobre todas as dimensões da vida. (CARNEIRO, 2011, p. 127).

Ao final da década de 1980 os movimentos de mulheres negras brasileiras, já tinham se expandido pelo país, tomando grande capilaridade nos anos seguintes, consolidando-se ao longo da década de 1990 e dos anos 2000. Uma trajetória construída a custa de muito debate, confrontos de ideias, projetos políticos e estratégias de resistência.

O coletivo de mulheres negras brasileiras foi responsável por trazer para o debate político várias pautas em torno dos direitos sociais da população de maneira geral, e da população negra, particularmente, dado os contextos de violação e supressão de direitos na história do Brasil. De lá para cá foram discutidos diversos temas e questões pertinentes à sociedade brasileira em torno das relações de gênero e étnico-raciais, assim como a participação política, o acesso ao mercado de trabalho, a educação, a saúde, a mídia, a (in)tolerância religiosa, a estética, as sexualidades, as violências, entre outros. Muitas demandas foram discutidas institucionalmente e algumas foram incorporadas em documentos oficiais do governo brasileiro (ROLAND, 2000; CARNEIRO, 2003), resultando na orientação e formulação de políticas públicas no país.

Com efeito, torna-se notório a importância da participação política das



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

mulheres negras no plano nacional e internacional, apresentando um projeto de sociedade mais justa, pois como afirmou Angela Davis, na Conferência “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”, realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no dia 25 de julho de 2017, Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe e Dia de Teresa de Benguela. “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (DAVIS, 2017).

Em 2018 o movimento de mulheres negras brasileiras marcou com sua pauta política de reivindicações, reflexões e debates, os trinta anos de feminismo negro no Brasil, fortemente ativo. Na Paraíba também não foi/é diferente, as feministas negras organizadas estiveram/estão sempre em alerta reivindicando direitos sociais inadiáveis na melhoria das condições de vida e existência das mulheres negras no contexto local.

No dia 25 de julho de 2018 foi realizada em João Pessoa/Paraíba, a 20ª edição em alusão ao Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe e Dia de Teresa de Benguela. Evento que teve como tema central a manutenção da democracia no Brasil e o direito de bem viver das mulheres negras, trazendo diversos temas de interesses pertinentes às demandas políticas das mulheres negras brasileiras e paraibanas. As

atividades constituíram-se em: rodas de conversas, vivências, narrativas sobre o histórico do feminismo negro no Brasil e a produção de conhecimento, exibição de documentários, cortejo em via pública, feira de produtos e artefatos culturais, apresentação cultural, palestra e conferência, atividades realizadas em distintos lugares.

O tema para celebrar os trinta anos do feminismo negro no Brasil tem respaldo na conjuntura nacional, em decorrência do avanço de segmentos de orientação política conservadora, assim como iminente ameaça de retrocesso referente às políticas públicas antissexistas e antirracistas no país. As feministas negras mais uma vez se apresentam como uma contra-voz, reafirmando sua participação ativa em sociedade, sonorizando que a luta e a resistência continua.

Conclusões

Sem perder a lucidez do processo histórico que percorre a nossa sociedade, desde aquela década até hoje, nos parece que em tempos de crise a qual vivenciamos atualmente no Brasil, a sonoridade das vozes dissonantes das mulheres negras em movimento, são muito caras a sociedade brasileira, ao próprio movimento de mulheres negras e, conseqüentemente, ao pensamento feminista negro que se mantém ativo.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Promover o diálogo em torno das opressões interseccionais tem-se caracterizado como uma das mais importantes contribuições ideológicas do pensamento feminista negro contemporâneo, em sua dimensão teórica, mas, também, política nesse entrecruzamento entre feminismos, ativismos e produção do conhecimento, aspectos fundamentais para a análise da realidade social, na perspectiva da (des)igualdade de gênero e étnico-racial.

Referências

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados* v. 17, n 49, p. 117-132, 2003.

_____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patrícia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In:

JARBADO, Mercedes. (Ed.). *Feminismos negros*. Una ontología. Madri: Edición Traficantes de Sueños, 2012. p. 99-134.

_____. Aprendendo com o outsider within: a significação sociológica do pensamento negro. *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 3 nº 1 Brasília Jan/Abr 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2018.

CURIEL, Ochy. *Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe*. s/d.

DAVIS, Angela. *Conferência: Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo*. Universidade Federal da Bahia, 2017. Gravada e transmitida pela TV UFBA. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=waCyuzZap9I>. Acesso em: 7 de novembro de 2018.

ESPINOSA, Yuderkys. Entrevista de Yuderkys Espinosa no canal TVUnb em

dezembro de 2017. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?time_continue=1176&v=YsAiBixi-kw. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

_____. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos Latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*. Caracas, v. 14, n. 33 julio/diciembre 2009.

_____. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *Cotidiano* 184, mar/abr, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/325/32530724004.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2018.

HOOKS, Bell. *El femismo es para todo el mundo*. Madrid: Edición Traficantes de Sueños, 2017.

_____. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 16. Brasília, janeiro-abril de 2015. p. 193-210.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009. p. 59- 90.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

ROLAND, Edna. O Movimento de Mulheres Negras Brasileiras: desafios e perspectivas.

In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio;

HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 237-256.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 12, n 2, p. 275-288, jul/dez, 2009.